

# A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM VILA NOVA DE GAIA

COORD.  
CLÁUDIA PINTO RIBEIRO  
FRANCISCO MIGUEL ARAÚJO

Título: *A História da Educação em Vila Nova de Gaia*

Coordenação: Cláudia Pinto Ribeiro  
Francisco Miguel Araújo

Fotografia da capa: fac-símile do «Projecto da Escola Municipal “Pinto Mourão”, lugar de Laborim de Baixo»  
(Arquivo Municipal Sophia Mello Breyner – Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia)

Design gráfico: Helena Lobo | [www.hldesign.pt](http://www.hldesign.pt)

Co-edição: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória»

ISBN: 978-989-8351-70-8

Depósito Legal: 426971/17

Paginação, impressão e acabamento: Sersilito-Empresa Gráfica, Lda. | [www.sersilito.pt](http://www.sersilito.pt)

Porto

Junho 2017

Trabalho cofinanciado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) através do COMPETE 2020 – Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI) e por fundos nacionais através da FCT, no âmbito do projeto POCI-01-0145-FEDER-007460.

Apoios: Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia; Arquivo Municipal Sophia Mello Breyner; HISTEDUP – Associação de História da Educação de Portugal.

# HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM VILA NOVA DE GAIA: FONTES ARQUIVÍSTICAS PARA A SUA INTERPRETAÇÃO

ALDA PADRÃO TEMUDO  
MARIA DO CARMO SOARES  
DÉBORA CRANFIELD RAMALHO  
PAULO PIRES VIEIRA

**Resumo:** A ação dos municípios na Educação conheceu vários cenários legislativos, com um primeiro grande impulso no período do liberalismo, tornando as Histórias da Educação e do Poder Local fundamentais para a compreensão do ensino em Portugal, abrangendo várias problemáticas desde a rede escolar a outras realidades e condicionantes, como a económica, social e demográfica, etc. O Arquivo Municipal de Vila Nova de Gaia é detentor de um espólio documental onde parte da materialização desse universo ficou registada, revelando a evolução local do fenómeno histórico educativo que justificam uma maior divulgação do seu acervo e a sua importância para o desenvolvimento de estudos multidisciplinares. Assim, abordaremos questões relacionadas com a gestão deste património arquivístico e a sua conexão com a promoção da historiografia da Educação desenvolvida em centros de investigação.

**Palavras-chave:** *Municípios; Arquivos; Educação; História.*

**Abstract:** The educational action of municipal authorities encountered several legislative contexts in Portugal, particularly since the Liberalism movement in the 19th century. This historical relationship is fundamental in understanding how educational processes have evolved in Portugal, since the school system and its political design engages other realities such as the economic, social and demographic domains. The Municipal Archive of Vila Nova de Gaia holds significant archival collections which illuminate how local singularities shaped the region's educational history, including specific city council episodes. Our aim is to discuss relevant topics like the management of these historical sources and strategies for their dissemination, therefore contributing to the development of multidisciplinary studies in articulation with research centres.

**Keywords:** *Municipalities; Archives; Education; History.*

## 1. INTRODUÇÃO

O crescimento da produção da informação, que caracteriza o quotidiano das organizações públicas do Portugal contemporâneo, tem no município de Vila Nova de Gaia como principal canal de acesso a essa informação o serviço do Arquivo Municipal Sophia Mello Breyner, a quem compete organizar, disciplinar e controlar de forma estruturada essa torrente imensa de dados que carecem de metodologia específicas que lhes confirmem utilidade. Com efeito, a demanda crescente de dados relacionados com o universo escolas, ensino e educação, tem-nos sido colocada não apenas pelos serviços municipais diretamente incumbidos destas questões, mas também ao nível da sala de leitura, junto ao público de investigadores e estudantes, os quais têm vindo a manifestar um interesse gradual sobre esta matéria.

Por outro lado, o aumento sistemático do número de digitalizações de documentos relacionados com arquitetura das escolas e com a sua manutenção, quer a nível construtivo, quer a nível de enquadramento ambiental e urbanístico, seja a nível de terrenos, seja a nível de todo um património municipal inventariado ou a inventariar, tem ocasionado da nossa parte um enorme esforço técnico a nível de descrição, informatização e transferência de suporte (traduza-se, digitalização), esforço este que não é suficiente para dar vazão a necessidades dos nossos utilizadores (arquitetos, engenheiros, desenhadores, juristas, etc.).

Na verdade, a pressão de cumprimento de prazos nem sempre se compadece com a escassez de recursos humanos de que padecemos face aos grandes desafios que a sociedade nos coloca. Damos aqui a título de exemplo, a questão da substituição do amianto nas escolas, muito mediatizada pela comunicação social nos últimos tempos, como sendo de urgente resolução em virtude da saúde de toda a população escolar e que implica a disponibilização dos processos de construção aos técnicos que vão efetuar essa remodelação. Essa disponibilização é frequentemente solicitada em suporte digital, o que, por vezes, no caso de processos muito volumosos obriga a uma grande pressão sobre quem efetua a digitalização.

Concluimos que a vontade não chegava, faltava definir prioridades, para o que o conhecimento do domínio era imprescindível. Com efeito, quanto mais sabemos, mais questões nos surgem, pelo que decidimos que se tornava urgente estabelecer um plano de trabalho especificamente vocacionado para esta temática. Foi, pois, a constatação do que falta fazer para quem necessita de saber fazer, que constituiu a motivação para estabelecer um diálogo com os centros de saber, apoiando quer aqueles que trabalham para o Saber (investigadores universitários), quer aqueles que trabalham para o Fazer (técnicos municipais).

Estudar o fenómeno da Educação, com vista à elaboração de uma cronologia cartografada e documentada, eis a razão de ser do colóquio “A História de Educa-

ção em Vila Nova de Gaia”, de que daremos conta neste texto abrindo a porta de entrada aos interessados em fontes arquivísticas municipais, onde se encontram por explorar registos de memória de uma História que está por fazer.

## 2. O ACERVO NA PERSPETIVA DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

Com vista a um primeiro teste à eficácia dos nossos instrumentos de descrição, elencámos um conjunto de questões que colocámos ao sistema informático, começando por pesquisar uma lista de categorias que podemos designar de conceitos elementares, tais como: ensino público/ensino privado; ensino laico/ensino religioso; escola portuguesa/escola estrangeira; ensino primário; ensino técnico; ensino liceal; ensino profissional. Verificámos que os resultados longe de serem satisfatórios eram, além do mais, muito confusos.

De seguida, ensaiamos outra experiência que foi pesquisar por tipologia de construção escolar: Escola do tipo Adões Bermudes; Escola do tipo Conde Ferreira; Escola do tipo Plano dos Centenários e Escola do tipo Área Aberta. Ora, mais uma vez, o resultado foi muito difuso. Prosseguimos com outras listas e o resultado confirmou as nossas suspeitas: há uma lista imensa de assuntos que efetivamente estão aqui documentados, contudo, ou porque não são títulos de séries ou porque não são títulos de documento/peça, encontram-se inacessíveis.

## 3. TRATAMENTO TÉCNICO VS PESQUISA POR ASSUNTO

A principal função do serviço do Arquivo Municipal Sophia Mello Breyner é a gestão da documentação finda, produzida e recebida pela Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia. Para esse fim desenvolve quatro grandes processos de trabalho: recolha, tratamento, conservação e difusão da informação.

O primeiro, o da recolha, estabelece procedimentos para o ingresso de documentos que ficarão sob custódia do Arquivo Municipal, findos os prazos de conservação administrativa fixados na lei, referentes à documentação produzida pelos serviços do município, bem como as empresas, fundações e agências municipais e que devem promover o envio da respetiva documentação para adequada avaliação documental. O ingresso de documentos ou fundos provenientes de outras entidades processa-se a título de compra, depósito, doação, legado, permuta ou reintegração. A tarefa de tratamento compreende várias outras operações técnicas da cadeia arquivística das quais, para os fins de elaboração do presente artigo, destacamos a da descrição. Adotamos uma linha de trabalho que, no caso dos arquivos

municipais, comprometidos com o organismo de tutela – DGLAB – Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas – vincula ao preceituado pelas normas nacionais e internacionais de descrição arquivística e processa-se nos termos da ISAD(G): *Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística* e da ISAAR (CPF): *norma internacional para os registos de autoridade arquivística relativos a instituições, pessoas singulares e famílias*.

Nessa conformidade, o tratamento documental apoia-se no princípio da proveniência e no da ordem e estrutura original da documentação, o que na prática significa o respeito pelos conjuntos orgânicos oriundos de cada produtor, bem como a manutenção de todo o esquema organizacional que aquele lhe conferiu. Essa abordagem processa-se por níveis hierárquicos de descrição, partindo do genérico para o particular, segundo os seguintes patamares:

O nível de descrição FUNDO efetua-se ao nível da instituição produtora, de que se fornecem pistas de informação úteis ao investigador relativamente à pertinência do acervo/fundo para a sua pesquisa. Ex.: *Município de Vila Nova de Gaia*. No caso vertente, encontramos informação relacionada com o universo escolas, ensino e educação, em diversos fundos à guarda do Arquivo Municipal de Vila Nova de Gaia. No presente texto, focaremos nos atos/competências municipais, através da documentação camarária. Sem prejuízo dessa focagem, com efeito alertamos para o seguinte facto: é da pluralidade de fundos e coleções que hoje detemos que resultará a riqueza de assuntos e perspectivas que permitirão afinal obter uma visão poliédrica sobre a História da Educação em Vila Nova de Gaia. A este nível, na ótica da arquivística tradicional, o instrumento de descrição documental que se produz é o Guia. Trata-se de informação genérica que hoje em dia está disponível *on line* no motor de busca GISA INTERNET, através do endereço: <<http://arquivo.cm-gaia.pt/>>.

O nível de descrição SECÇÃO corresponde ao nível do serviço/unidade orgânica produtora, correspondendo, portanto, a uma subdivisão orgânica não autónoma. Ex.: *Arquivo Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, 1834 – Identificador 47606 Código parcial 473 Produtores Divisão Municipal de Educação, 2002-2008 (2002-2004) Sector de Apoio Escolar, 1988-2002 (1989-2002)*. É do maior interesse a identificação de todas as estruturas locais criadas nos diferentes momentos legislativos para a gestão das competências atribuídas aos municípios em matéria de escolas, ensino e educação.

O nível de descrição SÉRIE corresponde ao nível de descrição do conjunto de documentos produzidos e/ou recebidos por uma entidade, no âmbito de uma competência, tendo uma tipologia particular identificável. Ex.: *Série Correspondência recebida (Mocidade Portuguesa) Código parcial Cx.263, P.179-181 Arquivo Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, 1834*. Saber quais os atos praticados ao

longo do tempo, por um determinado serviço municipal, é algo que tem plena resposta na produção documental, onde se materializam fisicamente todas as realizações, assim escrituradas nos diferentes registos que constituem o acervo do Arquivo Municipal.

O nível de descrição PEÇA corresponde ao nível de descrição de um documento/processo, pertencente a uma série documental. Ex.: *Obra municipal de edifício escolar a construir no Lugar de Sá Documento/Processo, 1934-1935; Assunto: Edifício escolar a construir no Lugar de Sá. Freguesia: Arcozelo*. A este nível, estamos a falar da unidade documental de base, sendo que a sua descrição arquivística deverá sempre identificar a sua ligação ao nível superior, ou seja do seu serviço produtor. Aqui, neste preciso patamar, estamos perante uma grande diversidade de conteúdos de acordo com as diferentes tipologias documentais de cada processo, sendo que a descrição para acesso a esse detalhe, não se esgota na catalogação (descrição a nível da peça), mas garantir um pleno acesso, a nível do conceito implica a indexação.

Eis o grande desafio, que nesta matéria se nos afigura absolutamente incontornável.

#### 4. QUADRO LEGAL DAS COMPETÊNCIAS MUNICIPAIS AO NÍVEL DO ENSINO LOCAL

A questão do contexto de produção de documentos de arquivos de natureza jurídica pública, como são os que estão à guarda dos arquivos municipais, acarreta desde logo o conhecimento, descrição e análise dos diplomas legais que determinaram o aparecimento da documentação. Do estudo dessa legislação resultará a descrição das funções, ocupações e atividades desenvolvidas pela entidade (ou subunidade orgânica) que por sua vez fundamentaram o desenrolar dessa atividade.

A título de amostragem, fizemos o levantamento dos vários diplomas legais que emolduraram a atividade camarária no período que decorre entre a Monarquia Constitucional e a 1.<sup>a</sup> República (tabela 1). Na perspetiva de implementarmos uma política de indexação da informação para os utilizadores direcionados para a História da Educação, estabelecemos como forma de representar conteúdos, controlando o vocabulário mediante o uso dos termos que constam nesses diferentes diplomas e que vão permitir recuperar todas as informações que constam nos documentos, relacionadas com aquelas expressões.

**Tabela 1.** Legislação oficial portuguesa (1822-1911).

<b>Diplomas legais relativos à administração municipal</b>	
Lei de 20 de julho de 1822	Código Administrativo de 1842
Constituição de 1822	Código Administrativo de 1867
Decreto n.º 23, de 16 de maio de 1832	Código Administrativo de 1870
Lei de 25 de abril de 1835	Código Administrativo de 1878
Código Administrativo de 1836	Código Administrativo de 1886
Decreto de 6 de novembro de 1836	Código Administrativo de 1895
Lei de 20 de outubro de 1840	Código Administrativo de 1896

Esta opção garantirá: a cobertura dos principais assuntos, definir o grau de exaustividade no processo de indexação, formar os utilizadores no sentido de lhes fornecer uma estratégia de busca, estabelecer e controlar um tempo de resposta razoável, definir formatos de saída para relatórios e, no final, permitirá a adoção de um método de avaliação de satisfação dos utilizadores. De seguida, retirámos alguns assuntos a indexar futuramente, selecionados a partir de um conjunto de códigos administrativos para o período 1822 a 1936 respeitantes à questão da educação, ensino e escolas. Dessa seleção poderá elaborar-se a seguinte lista de entradas (tabela 2).

**Tabela 2.** Lista (em construção) de entradas para assuntos indexados na legislação municipal.

<b>Entradas de assuntos indexados à área da Educação</b>	
Arrendamento de edifício escolar	Escola pública
Auxílio a estabelecimento particular de educação e instrução	Estabelecimento de instrução pública
Construção, conservação e reparação de edifício escolar	Estabelecimento particular de educação e instrução (auxílio a)
Criação de escola	Fiscalização de estabelecimento de instrução pública e de educação
Despesa com instrução primária	Subsídio a estabelecimento de instrução
Despesa obrigatória com os vencimentos da instrução primária	Subsídio a estabelecimentos de instrução e educação
Dotação do fundo da instrução primária	Subsídio aos professores públicos de instrução primária
Edifício escolar (construção, conservação e reparação)	Superintender e inspecionar estabelecimento de instrução primária
Escola de ensino primário	Superintender estabelecimento de instrução e educação
Escola de primeiras letras	Vigilância e inspeção

## 5. DISCURSO POLÍTICO DO PODER POLÍTICO LOCAL

O debate político local vivido ao longo dos tempos pelos maioritariamente eleitos, mas também em parte pelos munícipes, registou-se na forma de discurso direto, ao nível dos Fundos Arquivísticos Municipais, na série documental *Código de referencia*: PT-CMVNG-AM/APUB/CMVNG/P-DirMAG-DepMAG-DMSG-AOM/35 Atas das Sessões de Câmara. O trabalho de indexação que acima referimos, abrangerá todas as ocorrências da lista de assuntos elencados, à medida que forem surgindo, com a vantagem de recorrerem sempre à linguagem de cada época.

Por isso, faz sentido afirmar que a determinação dos termos de indexação corresponde à atividade de conversão dos conceitos identificados que resultaram de uma análise concetual, sendo que a representação dos conteúdos através do estabelecimento de relações entre os termos, garantirá apenas a recuperação de informação que, independentemente da formulação dos termos de pesquisa, corresponder a documentos respeitantes a atos que em dado momento histórico foi permitido praticar. Por exclusão de partes, se pesquisarmos com a expressão: *Escola do Plano dos Centenários*, não poderá recuperar nenhuma ata de sessão de Câmara anterior a 1940.

## 6. ESTRUTURAS MUNICIPAIS: IMPORTÂNCIA DA CULTURA ORGANIZACIONAL DEDICADA AO ASSUNTO DA EDUCAÇÃO

O esforço de cada município votado à questão da educação é também avaliado em função da cultura organizacional que desenvolveu, ou seja, em função das estruturas administrativas com que se organizou para fazer face às sucessivas disposições legais emanadas do governo central para implementação local das políticas educativas. Também com o mesmo propósito de garantir o acesso a essas mesmas estruturas, procurámos saber quando é que surgiram pela primeira vez e quais as competências que detinham, isto é, quais foram as suas atividades. Com efeito, só apurámos a existência do primeiro organigrama a partir de 1960 como estrutura de serviço formalmente estabelecida. Todavia, através de diversas outras fontes documentais, temos já reconstituídos todos os organigramas municipais desde a fundação do município (que data, recorde-se, do ano de 1834) até aos nossos dias, embora alguns relativamente ficcionados.

Identificámos então a primeira estrutura para a educação (entidade produtora interna), com a designação formal de *Instrução*, numa planta de reforma do edifício dos Paços do Concelho datada de 1916. Esta informação apenas nos permite con-

cluir que àquela data o serviço já existia, mas de momento não podemos avançar com segurança para além desta informação, posto que nem toda a documentação que possuímos está devidamente catalogada, ou seja, descrita ao nível da peça. Como dissemos, ao todo o município conheceu, desde 1960 e até aos dias de hoje, um conjunto de oito organigramas e respetivos regulamentos de serviço, onde expressamente se descrevem as atividades de cada um desses serviços produtores de informação (tabela 3).

**Tabela 3.** Entidades produtoras internas da Câmara Municipal de Gaia (desde 1960).

Serviços municipais em Vila Nova de Gaia para a área da Educação	
Apoio Escolar	Divisão de Gestão Escolar e Recursos Educativos
Construção e Manutenção de Escolas	Divisão Municipal de Ambiente e Educação Ambiental
Departamento de Cultura	Ensino e Desporto
Departamento Municipal de Educação	Escolas
Divisão de Ação Social e Escolar	Juventude e Desporto

Estes serviços produtores correspondem a termos de indexação e constituem um elemento de preenchimento obrigatório ao nível da base de dados GISA. Todos os documentos que cada serviço produziu estão associados a cada uma destas entidades. Correspondem à expressão: notícia de autoridade, na lista de termos autorizados onde consta o vocabulário controlado, isto é, traduzida da linguagem natural para a linguagem documental, criada em conformidade com as normas técnicas acima referidas.

## 7. ESTRUTURAS ADMINISTRATIVAS DO PODER CENTRAL COM TUTELA SOBRE O PLANO LOCAL

No plano da História da Educação a interação Estado/Município, ou se quisermos Administração Central/Administração Local, conheceu diversos cenários a nível nacional. Interessa conhecer essa diversidade, compará-la e interpretá-la, pelo que o uso das fontes primárias que fornecem o discurso mais direto para cada área de intervenção é da maior relevância. Referimo-nos à série documental *Correspondência Recebida*, de que selecionámos um conjunto de vinte e seis entidades. Tratam-se de organismos cuja ação condicionou de alguma forma todos os atores políticos, sociais e económicos, relacionados com o universo escolas, ensino

e educação. Identificadas estas entidades, criaremos para cada uma a respetiva notícia de autoridade, associando cada um dos termos que designa cada entidade a uma área de investigação específica da investigação. Indicamos a seguir a lista de algumas entidades que seleccionámos, com as datas extremas da documentação que já se encontra sob nossa custódia (tabela 4).

**Tabela 4.** Lista (em construção) de entidades associadas à série documental *Correspondência Recebida*.

Entidades produtoras de informação	Datas extremas
Agremiações Desportivas	1940-1986
Casa dos Pescadores e Junta Central das Casas dos Pescadores	1940-1969
Comissão Municipal e Paroquial de Assistência	1971-1986
Direção dos Distritos Escolares	1940-1983
Direção Geral de Assistência	1940-1960
Direção Geral de Educação Física, Desporto e Saúde Escolar	1949-1981
Direção Geral de Ensino Primário e das Belas Artes, Junta das Construções do Ensino Técnico e Secundário	1972-1978
Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais	1964-1984
Instituições de Assistência e Beneficência	1968-1983
Instituto de Assistência à Família	1949-1965
Instituto do Bom Pastor e Instituto Maternal	1940-1956
Ministério da Educação Nacional (Escolas Diversas)	1943-1964
Ministério das Obras Públicas	1957
Mocidade Portuguesa	1940-1972
Sanatório Marítimo do Norte	1940-1981
Tribunal Central de Menores	1962-1978
Tribunal Correccional do Porto	1948-1970

Sublinhamos o facto de este artigo ser apenas um plano de trabalho a implementar, com o qual apenas pretendemos divulgar e relevar assim o interesse da consulta de cada item na ótica do investigador.

## 8. FINANCIAMENTO MUNICIPAL PARA A EDUCAÇÃO

O estudo do investimento financeiro municipal, revela-se da maior importância para a compreensão da História da Educação de cada concelho. Por essa razão, a análise e tratamento dos dados fornecidos pela *Conta de Gerência* assume-se como extraordinariamente interessantes, permitindo fazer um retrato muito objetivo

de todas as realizações camarárias efetuadas neste domínio. A título de amostra, recolhemos a partir do *Resumo da Despesa* (tipologia interna de cada processo de *Conta de Gerência*), para o período compreendido entre 1930 e 1980, todas as rubricas respeitantes a despesas com escolas e apresentamos de seguida uma lista alfabética dessas rubricas (tabela 5). Note-se que estas nos remetem para as ordens de pagamento que efetivamente correspondem a despesa efetuada.

Tabela 5. Lista (em construção) de rubricas associadas à série documental *Conta de Gerência*.

Rubricas assinaladas em <i>Resumo da Despesa</i> (1930-1980)	
Aquecimento	Impressos e expediente para o recenseamento escolar
Aquisição de crucifixos e fotografias do Chefe de Estado	Material para a instalação de eletricidade nas escolas
Ministros ou Beneméritos da Instrução	Prémios escolares estabelecidos pela Câmara
Aquisição de mobiliário escolar	Renda dos edifícios escolares
Aquisição de terrenos e construção de edifícios escolares	Reparação do material didático
Compra de terrenos para a construção de escolas	Seguro contra fogo nas escolas
Conservação e reparação do mobiliário	Subsídio aos agentes de ensino para limpeza e expediente de escolas
Conservação, reparação e melhoramentos nos edifícios escolares	Subsídio às Cantinas Escolares
Expediente das escolas, incluindo o dos cursos noturnos	Subsídio da renda da casa dos professores
Expediente e limpeza das escolas	

No mínimo, deste conjunto de termos, poderemos retirar as seguintes perspetivas de estudo: alimentação escolar, aluguer de edifícios para escolas, benemerência no ensino público, participação estatal, níveis de conforto, despesas correntes, ensino noturno, ensino protestante, gestão de risco, logística escolar, manutenção dos espaços escolares a cargo dos municípios, pedagogia, plano dos centenários, reconhecimento de mérito, religião, saúde e higiene, urbanismo, entre muitos outros assuntos do universo da História da Educação, cujo leque compete ao investigador alargar à medida das crescentes interpelações que a própria documentação vai ditando.

## 9. URBANISMO, ARQUITETURA E ARQUITETOS

Datam do período do Liberalismo os primeiros registos escritos locais, respeitantes à instalação de escolas para o ensino das primeiras letras em espaço próprio. Esse primeiro impulso de dar casa à escola, foi grandemente apoiado pela benemerência, ou seja, deriva da iniciativa de particulares que doavam edifícios para salas de aula, simultaneamente ocupados para habitação do professor. Encontramos estas realidades sob a forma de deliberações da vereação, testamentos, escrituras diversas e ainda na forma de inventários do património municipal. Não será despidendo afirmar que em Vila Nova de Gaia este fenómeno foi muitíssimo fomentado pelos chamados *brasileiros torna viagem*, de que temos já alguns confirmados.

Verdadeiramente a História da Arquitetura Escolar em Vila Nova de Gaia, iniciar-se-á a partir do início do séc. XIX, altura em que vão surgir os primeiros edifícios projetados e construídos especificamente para a função de escola, se bem que aqueles que conhecemos já são de iniciativa particular. Esta mesma situação, manter-se-á *grosso modo* até aos anos quarenta do século seguinte. São, sem dúvida alguma, francamente crescentes as preocupações municipais referentes às questões relacionadas com o chamado parque escolar, bem como outras relacionadas com o ensino e a educação dos alunos, mas não ainda do ponto de vista da produção dos espaços que virá muito mais tarde.

De sublinhar o interesse do documento: *PT-CMVNG-AM/APUB/CMVNG/Pnt-SeCa/1053, Mapa definitivo das obras de Escolas Primárias do Plano dos Centenários, 1943–1943*. O plano contém a seguinte informação: estimativa das despesas, distribuição das importâncias a despender, resumo geral do número de salas de aulas a construir, desenvolvimento por concelhos. Indica também por freguesia a sede do núcleo escolar, as localidades que o constituem e a tipologia do edifício de acordo com a demografia de cada freguesia e lugar. É sem dúvida um belo retrato de época, que interessa trabalhar como ponto de partida para comparação com a evolução a que se assistiu no restante território nacional. É a partir deste período que abundam as diversas fontes documentais respeitantes aos edifícios escolares. Informam sobre forma e função, paisagem e ambiente, relação da sala com o espaço exterior do ponto de vista da vivência do aluno, bem como dos processos de aprendizagem nas diferentes *modas pedagógicas* que daí em diante vão formar os futuros cidadãos gaienses.

Gradualmente, os edifícios escolares ganham protagonismo e passam a ser pontos de referência local, facto que é inclusive patente na toponímia. É certo que falamos predominantemente das escolas públicas do ensino primário, mas o mesmo se passa para muitos outros estabelecimentos do ensino particular que, até aos anos sessenta, são eminentemente religiosos e estão instalados em edifícios

adaptados. Importa aqui referir que é perceptível a partir dos registos arquivísticos que há um grande esforço de melhoria a acompanhar a inovação pedagógica. São muitas e variadas as séries documentais disponíveis, desde os processos de obras particulares aos municipais, com ou sem arquitetura explícita, mas com informação muitíssimo preciosa para o retrato local.

## 10. CONCLUSÕES: ALGUMAS LINHAS DE TRABALHO A DESENVOLVER

Na ótica da moderna gestão de arquivo, a focalização no cliente investigador implica também o conceito de atendimento personalizado. Tal opção deverá antecipar quais são as necessidades de informação desse mesmo cliente. A preparação deste colóquio, levou-nos a detetar vários pontos de melhoria na qualidade das nossas descrições que, oportunamente, corresponderão a um grau de acesso à informação mais eficaz, permitindo ao investigador em História da Educação alcançar um nível de detalhe tão exaustivo quanto desejável.

Essa opção resultará na afetação de um técnico superior arquivista ao processo de indexação, sem o qual as pesquisas podem resultar em lentas e “ruidosas”. Por outro lado, da parte dos docentes e orientadores académicos será de considerar, não apenas o nosso serviço um local de visita a incluir em eventuais “manuais” de disciplina, mas também a preparação dos alunos na exploração do nosso motor de busca.

A importância dos arquivos locais para o estudo da História da Educação poderá conduzir à organização dos arquivos dos diferentes estabelecimentos de ensino concelhio, públicos ou particulares, à semelhança do que já acontece, com as bibliotecas escolares. Esta tarefa poderia converter-se num projeto do município, em parceria com a Faculdade de Letras da Universidade do Porto, no qual o Arquivo Municipal Sophia Mello Breyner se presta a dar todo o seu apoio.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARVALHO, Carla (2012) – *A evolução da arquitetura escolar portuguesa: as escolas primárias desde finais do séc. XIX até à contemporaneidade*. Lisboa: Faculdade de Arquitetura e Artes da Universidade Lusíada de Lisboa. Tese de Doutoramento.
- CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS (2004) – *ISAAR(CPF): norma internacional de registo de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2.ª edição.

- MAGALHÃES, Justino; ADÃO, Áurea, coord. (2015) – *História dos Municípios na Educação e na Cultura: incertezas de ontem, desafios de hoje*. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.
- MINISTÉRIO DA CULTURA (2002) – *ISAD(G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística: adoptada pelo Comité de Normas de Descrição, Estocolmo: Suécia, 19-22 de Setembro de 1999/ Conselho Internacional de Arquivos*. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo, 2.<sup>a</sup> edição.
- SILVA, Carlos Manique da (2015) – *O estudo dos espaços escolares*. In ALVES, Luís Alberto; PINTASSILGO, Joaquim, coord. – *História da Educação. Fundamentos Teóricos e Metodológicos. Balanço da investigação científica portuguesa (2005-2014)*. Porto: CITCEM/HISTEDUP/IEUL, p. 131-147.
- TEMUDO, Alda, coord.; PORTELA, Débora; ABADE, Cristina (2013) – *Memórias do Município de Vila de Vila Nova de Gaia – da fundação à atualidade*. Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal.

